



Edição Especial: A Copa na África do Sul

Ano XX boletim 05 - Maio 2010

SUMÁRIO

A COPA NA ÁFRICA DO SUL

Edição Especial: A Copa na África do Sul 3

Alain Pascal Kaly e Carla Ramos

Anexo: Texto complementar

África do Sul: trajetórias da liberdade 8

Patricia Santos Schermann

EDIÇÃO ESPECIAL: A COPA NA ÁFRICA DO SUL

A COPA DO MUNDO NO CONTINENTE AFRICANO: REPRESENTAÇÕES

*Alain Pascal Kaly*¹

*Carla Ramos*²

No dia 11 de junho vai ter início a Copa do Mundo 2010, na África do Sul. A festa de abertura está marcada para acontecer no Estádio Soccer City, na cidade de Johannesburgo, considerada o maior centro financeiro, comercial e industrial do país. O Mundial reunirá 32 seleções, que vão disputar a cobiçada taça de “campeão do mundo”.

O Brasil, maior vencedor do torneio, com cinco títulos, chega como um dos favoritos, mobilizando um exército de torcedores que esgotou todos os ingressos disponíveis para as suas partidas da fase classificatória. É antiga a história do envolvimento dos brasileiros em Copas do Mundo, desde a primeira edição, em 1930, no Uruguai. A seleção brasileira disputou todas as edições realizadas até aqui e, tendo em vista a intensa ligação da população brasileira com o futebol, pode-se imaginar o tamanho da comoção que seria causada por uma eventual não participação do país numa Copa do Mundo.

Nos últimos anos, houve um aumento do público que assiste e acompanha o futebol, especialmente por causa dos altos investimentos em campeonatos, sobretudo os Europeus, que reúnem os melhores e mais caros jogadores da atualidade, determinando uma abrangência verdadeiramente internacional da Copa do Mundo. No entanto, se prestarmos atenção ao movimento frenético de parte da mídia, no Brasil, por ocasião da Copa do Mundo, verificamos o crescimento substancial tanto do volume de notícias como da fetichização dos acontecimentos. Dessa forma, antes, havia um esforço para se falar da Copa do Mundo como um evento localizado geograficamente, com uma história, costumes e uma paisagem humana e uma paisagem natural características, ou seja, com uma contextualização, mas atualmente ganha espaço uma dinâmica voltada para um desligamento do mundo social e uma entrada asfíxica num ambiente estéril e sem identificação. Essa abordagem

1 Professor de História e Culturas Africanas da UFRRJ. Consultor desta edição especial.

2 Mestre em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRRJ). Analista Educacional do Programa Salto para o Futuro/TV Escola, canal do Ministério da Educação (MEC). Consultora desta edição especial.

proporciona a emergência de um repertório narrativo repleto de estereótipos. No caso específico da “Copa da África”, como está sendo apelidada a Copa do Mundo da África do Sul, as referências imagéticas exageram na representação de uma África selvagem, cheia de animais exóticos, numa ênfase deliberada na ruralização do território e na pauperização das pessoas, aos moldes do que poderia ter sido, no século XIX, a realidade dos países que compõem o Continente Africano. A África do Sul, vale lembrar, é o país mais rico da África, com metrópoles, indústrias, comércio, bolsa de valores e demais instituições que caracterizam um Estado moderno e democrático.

O Continente Africano tem sido submetido, constantemente, a leituras comprometidas com um discurso político que remetem à modernidade da expansão colonial. A descoberta, na África, do mais antigo registro fóssil de homínido – até o momento, o ancestral mais antigo já encontrado – datando 7 milhões de anos, no Chade/deserto de Djurab², re colocou, definitivamente, a questão da “evolução humana” e das nossas origens. Pensar a ancestralidade primeva do ser humano localizada na África tem consequências simbólicas

muito fortes, inclusive porque promove um continente fortemente estigmatizado à condição de “berço da humanidade”.

CONVITE À DESMISTIFICAÇÃO

São muitos os recortes a partir dos quais seria interessante fazer um mergulho na história do Continente Africano, de modo a deixarmos para trás uma visão parcial e descompromissada e passarmos a incorporar uma perspectiva mais crítica e reflexiva acerca de nossa própria realidade. As nossas histórias estão conectadas em tantos aspectos que seria um profundo anacronismo negar a importância deste continente para a condição nacional³ brasileira⁴. Há, no país, um volume substancial de pesquisas na área das ciências humanas, que dá conta de diversos pontos de interseção entre o Brasil e as Áfricas ao longo da história. Temos, assim, os estudos a respeito da instituição do tráfico negreiro, do sistema escravocrata que vigorou em várias partes do mundo e do período pós-abolição; as pesquisas sociológicas e antropológicas acerca das relações raciais; as investigações sobre as religiões de matriz afro-brasileira e demais expressões e valores civilizatórios legados pelo negro afri-

2 *Nature Review*, 2002. Michel Brunet e Patric Vignaud.

3 A minha referência para este tema tem sido Anderson, 2008.

4 Mas, se pegarmos um caminho diferente e considerarmos um olhar não linear dos acontecimentos, uma história do Reggae a partir de São Luís do Maranhão (América Latina) pode nos reportar a universos reveladores. Poderíamos ir até a Jamaica (Caribe/América Latina) de Marcus Mosiah Garvey e, de lá, até a Etiópia (África Oriental) de Hailê Selassiê. Estas regiões do globo estão ligadas de várias maneiras e essas conexões sugerem ter uma existência antiga e perene.

cano. Esse panorama constitui um pequeno apanhado dos campos de pesquisa já consolidados no Brasil.

A República da África do Sul compartilha com o Brasil um passado colonial. Também, como a América Latina, a África do Sul foi dividida entre as nações colonizadoras, respectivamente a partir do século XV e XVII. Da mesma maneira que as populações autóctones das Américas, os contingentes da África do Sul sofreram e, ao mesmo tempo, impactaram os empreendimentos coloniais que precisaram adaptar procedimentos de dominação e conquista do território de acordo com os encontros que estabeleciam naquelas vastas regiões. Na colônia do Cabo foram organizados os primeiros assentamentos de colonos brancos. O navegador português Bartolomeu Dias, inclusive, foi o primeiro a contornar o Cabo, em 1488, em direção ao “Oriente”. A Companhia Holandesa das Índias Orientais, em 1652, construiu uma base de reabastecimento no Cabo e, a partir daí, mesmo em desacordo com a administração da Companhia, iniciou-se o lento processo de ocupação empreendido pelos colonos conhecidos como *Trekboers* e os primeiros escravos provenientes da África Oriental e da Índia⁵. Os últimos anos do século XVIII e a primeira metade do século XIX testemunharam o avanço e o estabelecimento do domínio da Grã-Bretanha na região do Cabo, mo-

tivados pelos reflexos da ocupação francesa dos Países Baixos.

(...) O domínio britânico inaugurou uma nova fase na História da África do Sul. Os colonizadores brancos no Cabo eram de diversas origens: além dos holandeses, havia muitos alemães e huguentotes franceses. Essa comunidade desenvolveu um estilo de vida próprio, tanto assim que se tornou possível falar de uma identidade nacional africâner. Os africânderes encaravam o governo britânico como uma administração estrangeira e a resultante tensão entre bôer e britânico iria dominar a história da África do Sul moderna. (Wesseling, 1998, p.292)

5

A expansão do território colonial para o leste, empreendida por colonos africânderes, significou constantes guerras e batalhas envolvendo africanos. Os historiadores sublinham a centralidade das guerras entre os colonos brancos africânderes e ingleses com o reino Zulu. Ademais, os intensos conflitos pela partilha da África (Grã-Bretanha, Alemanha, Portugal e Países Baixos) complexificam o contexto. Tais conflitos revelam sofisticadas estratégias comerciais de controle das rotas marítimas e terrestres ligando o sul da África ao norte, como uma saída para os mercados europeus, ou rotas que pudes-

sem colocar em contato o litoral ocidental com a porção mais oriental do continente. A luta pela consolidação (as duas Guerras dos Bôeres) de um espaço de independência e constituição de uma comunidade africaner livre no sul da África deixou um rastro de guerras ao longo de todo o século XIX e desdobrou-se nesse cenário de intensas mudanças e dinâmicas imperialistas.

A África do Sul é conhecida pela triste trajetória do regime do apartheid implantado pelo governo do Partido Nacionalista Africano, em 1948. A política de segregação racial só foi abolida, definitivamente, com a chegada ao poder de Nelson Mandela e do Congresso Nacional Africano (CNA), em 1994. A justificativa ideológica da política do apartheid teve inspiração nos escritos do sociólogo Geoffrey Cronjé. Como coloca Ribeiro:

(...) A variedade da criação (skeppingsverskeidenheid) é, para Cronjé, algo fundado tanto na natureza quanto na vontade divina. Essa variedade sofre um prejuízo irreparável na situação de mengelmoes (mistura). Isto se dá porque nesta última nenhuma identidade pode ser mantida: através do contato contínuo e da mistura de sangue (bloedvermenging), toda diferença (étnica e racial) se diluirá e o resultado será uma "papa" – isto é, o caos e a total falta de ordem. Para Cronjé, a África do Sul

dos anos quarenta estava a perigo exatamente porque as raças viviam umas em meio às outras, no mesmo espaço físico, apresentando assim inumeráveis "pontos de contato" (annrakingspunte) entre elas. (Ribeiro, 2002 p.487)

A tradução dessa tese em ações políticas exigiu um aparato de extrema repressão e violência contra a população negra e mestiça (*Kleurling ou Coloured*) que resistia ou discordava do regime de segregação espacial, política, econômica e social que lhe foi imposto, na África do Sul. Milhares de ativistas contra o regime foram assassinados ou presos durante a luta pelo fim da segregação. Nelson Mandela, uma liderança política negra muito importante no contexto dos movimentos civis, foi condenado à prisão perpétua e permaneceu encarcerado por 27 anos. Quando saiu da prisão, em 1990, Nelson Mandela tornou-se o artífice do que era considerado como improvável pela comunidade internacional: tecer um ambiente propício à união da nação sul-africana multirracial e multicultural. Mais tarde, foi eleito o primeiro presidente negro da história do país, em 1994.

Não cabe, nessa proposta, um mergulho na história da construção da nação sul-africana. No entanto, estes limites demonstram o fato de estarmos diante de um conjunto grandioso de conhecimentos que precisa ser popularizado. São muitas as Áfricas. Portan-

to, como fazer frente ao desafio desse continente tão presente em nosso imaginário, para não cair em simplificações? Pensando nisso, estamos propondo uma **Edição Especial: A Copa na África do Sul**, com o intuito de promover um debate e reunir informações para utilização pelos professores e educadores de todo o país.

EDIÇÃO ESPECIAL:

A COPA NA ÁFRICA DO SUL

DIA 21 DE MAIO DE 2010

De que forma um evento esportivo de alcance internacional como a Copa do Mundo FIFA 2010, na África do Sul, pode oferecer subsídios para a prática docente, principalmente tendo em conta seu caráter interdisciplinar? No Brasil, o advento da Lei n. 10.639/2003⁶, alterada recentemente, tornou obrigatória a inclusão da história e da cultura afro-brasileiras, bem como o estudo da história da África e da cultura africana. Esta edição especial visa destacar a oportunidade que tal evento oferece para a implementação da citada lei nas escolas.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUGEL, Moema Parente. *O Desafio do Escuro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: O desafio da história regional*. SEPHIS - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Cândido Mendes. Amsterdam/Brasil, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

RIBEIRO, Fernando. *A Construção da Nação (Pós) Colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948*. Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, n. 3, 2002, p.483-512.

WESSELING, L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Revan, 1998.

6 A lei foi modificada para a introdução da questão indígena. Agora, na Lei n. 11.645/2008, lê-se: “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena”.

ANEXO

TEXTO COMPLEMENTAR

ÁFRICA DO SUL: TRAJETÓRIAS DA LIBERDADE

Patricia Santos Schermann¹

Em 1994, a África do Sul elege o primeiro presidente da sua história após o fim do *apartheid*, Nelson Rohlila Mandela, *Mandiba* para seus amigos, partidários e, a partir daquele ano, para a maior parte da população sul-africana.

Último país a encerrar o regime de racismo de Estado, conhecido pelo termo africâner *Apartheid*, a África do Sul tornou-se, ao longo do século XX, o símbolo da opressão provocada pelo Colonialismo e, no fim do mandato britânico, pela continuidade do racismo e do regime de segregação. No entanto, a África do Sul também se tornou o emblema da esperança em função das lutas das populações africanas, mestiças e de origem asiática que, unidas em associações, partidos políticos e manifestações, transformaram o horizonte político sombrio construído em 58 anos de regime do *apartheid*².

A União Sul-Africana, nome colonial da atual República da África do Sul, recebeu no século XVII os primeiros colonos brancos provenientes dos Países Baixos (Holanda), para trabalharem no abastecimento dos navios da Companhia das Índias Ocidentais e, posteriormente, na exploração da terra. Muitos europeus vão chegar à chamada hoje África do Sul fugindo das perseguições religiosas e, mais tarde, a descoberta de ouro no século XIX fez esta parte do continente ser a mais procurada por imigrantes e aventureiros.

Esses colonos tiveram interações, tensões, conflitos e acomodações com as populações locais, especialmente as de origem Zulu e Khoisan. Frutos dessas interações, nasceram os primeiros mestiços e a própria língua africâner, cuja base gramatical vem do holandês, mas que se forma na interação das diversas línguas africanas e também com o inglês.

1 Professora Adjunta de História da África/ UNIFESP. Pesquisadora Associada ao Centre d'Etude d'Afrique Noire/ IEP- Univ. Bordeaux 4.

2 O termo "africanos", neste texto, designa a população originária que estava no território por ocasião do início da ocupação da Cia. das Índias Ocidentais. Na produção contemporânea local, a população originária é denominada 'native people'. Diante disso, utiliza-se o termo *africano*, respeitando-se as formas contemporâneas utilizadas no país e nas ciências sociais realizadas na África, para distinguir estes povos dos demais que formam o atual povo sul-africano. Sobre a chegada da Companhia das Índias Ocidentais na África do Sul no séc. XVII, agradeço as contribuições do Prof. Dr. Alain Pascal Kaly (UFRRJ).

O africâner é uma língua de extrema fluidez falada por todos os povos que formam a moderna nação sul-africana. Nos anos 70 do século XX, os protestos estudantis combatiam a imposição do africâner como língua principal, em detrimento das demais línguas nacionais e do inglês. Além disso, os estudantes questionavam a reivindicação, feita pelas autoridades educacionais, de que o africâner seria uma língua “eminentemente branca”.

A mestiçagem da força de trabalho tornou-se mais intensa com a implantação da escravidão e o desenvolvimento do tráfico para a região, com a vinda de escravos de origem malaia e da própria África austral.

No século XIX, com a ação colonial britânica e a disputa com os colonos brancos de origem boêr³, foram introduzidos, em regime de trabalho por contrato, trabalhadores indianos com suas famílias, que eram mineiros em Joanesburgo e trabalhavam também na agricultura.

Essa grande diversidade étnica e cultural dos trabalhadores era administrada pelos ingleses de forma hierarquizante e segregada, criando-se categorias raciais para designar ocupações no trabalho. Com isso, acredi-

tava-se que se poderia conter as possíveis revoltas resultantes da união de diferentes povos contra o colonialismo.

No entanto, já no final do século XIX, surgiram importantes movimentos e protestos de trabalhadores africanos, mestiços e de origem asiática contra as difíceis condições de trabalho e as hierarquias classificatórias das populações, uma vez que aqueles trabalhadores com a tez mais escura eram submetidos a trabalhos pesados, em condições subumanas.

Num primeiro momento, marcado de modo especial pelo protesto dos trabalhadores indianos nas minas, liderado pelo jovem advogado Mohandas Gandhi⁵, acreditava-se que tais hierarquias entre a mão-de-obra, condições contratuais draconianas e difíceis situações de sobrevivência poderiam ser superadas pela reivindicação em torno da unidade no princípio de todos serem súditos do Império Britânico.

No entanto, a experiência de ser súdito do Império e as hierarquias sociais das condições de trabalho eram distintas dentro do vasto Império colonial Britânico do século XIX, baseado no princípio da *Commonwealth*, pelo qual a representação da diversidade cul-

4 Descendentes dos brancos que chegaram na África do Sul no século XVII.

5 Este advogado veio a tornar-se o principal líder do processo de independência da Índia, sendo chamado de Mahatma Gandhi.

tural e étnica dos diferentes povos e territórios era equilibrada pela “equanimidade” da Coroa Inglesa.

O Império Britânico teve força e longevidade devido à sua capacidade de traduzir-se nas condições das diferentes colônias de forma bastante diversificada, embasando sua administração no princípio da interdependência com as estruturas locais de poder e criando, em conjunto com as mesmas, categorias e situações subalternas de trabalho e mão-de-obra, que eram variáveis nas diferentes regiões do Império. O que havia em comum em todas essas experiências é que as mesmas garantiam o mandato político britânico como soberano em todas essas sociedades.

O que era comum em todo o Império e para todos os súditos era a hegemonia da Coroa Britânica e não os direitos e deveres de cada categoria de trabalhador e condição. Como foi dito antes, tal aspecto obedecia às condições locais, somadas às negociações e interações com os poderes já existentes nas colônias.

Diante disso, no século XX, as lutas dos trabalhadores na África do Sul se remetem às plataformas universalistas da melhoria das condições de trabalho, dentro do princípio do “salário igual para trabalho igual”. Com isso, apontava-se que o produto da ação do trabalhador africano, mestiço, asiático era o mesmo do europeu e, que acima de qual-

quer questão social, o fato de todos serem trabalhadores era um princípio inequívoco de igualdade jurídica e política que deveria ser universalizado.

Neste ambiente, nas primeiras décadas do século XX, surgem o Congresso Nacional Africano (ANC), em 1912, e o Partido Comunista da África do Sul (PCA), em 1921.

O ANC reunia profissionais liberais, operários e trabalhadores africanos das minas, mestiços e asiáticos e teve, ao longo do século XX, as lideranças marcantes de Oliver Tambo, Walter Sisulu e Nelson Rohlila Mandela.

Num primeiro momento, as lutas tanto do Congresso Nacional Africano quanto do Partido Comunista centravam suas forças no combate ao colonialismo, através da união de todos os trabalhadores. No entanto, de modo especial, para o ANC, era fundamental o aumento das possibilidades de acesso à educação e à instrução universitária das populações africanas e mestiças para a defesa dos direitos políticos e a conquista e pleno exercício da política nos poucos espaços de intervenção destinados à população na ordem social e colonial anglo-bôer.

As lutas do Congresso Nacional Africano tomaram um caráter de fratura absoluta com a ordem segregacionista, a partir de 1948, com o fim do mandato britânico e o estabelecimento, por parte do governo de mino-

ria branca, do *apartheid* (segregação), como princípio de controle, segregação de espaços, territórios e direitos políticos, trabalhistas e da distinção do princípio de humanidade (ou seja, que existem seres humanos de tipos diferenciados, em função da sua raça de origem).

Diante desse princípio de franca perda dos direitos humanos e políticos, a luta dos partidos de oposição, em especial do ANC, se aproximou das reivindicações mais amplas das lutas anticolonialistas contra o capitalismo e, diante disso, colocou-se a necessidade, na época, da organização da luta armada para a conquista do Estado, uma vez também que o ANC e os partidos de oposição foram postos na ilegalidade pelo governo que assumiu o poder na África do Sul a partir de 1948.

A repressão do governo sul-africano foi brutal e organizada. Com isso, as lideranças do ANC envolvidas com a luta armada foram perseguidas e aprisionadas, dentre eles destacando-se o mais famoso líder e articulador da luta, Nelson Mandela.

Como ele e Oliver Tambo eram advogados e já haviam trabalhado juntos no escritório de Tambo em Joanesburgo, coube a Mandela a organização da defesa do grupo dos presos perante a Corte que os levou a julgamento. Ao mesmo tempo, as demais lideranças em liberdade e Winnie Mandela, esposa de Nel-

son, organizavam manifestações em torno do Tribunal, exigindo a libertação dos presos e a condenação do *apartheid* como regime que suprime a democracia e viola os direitos humanos.

O resultado de toda essa luta foi a suspensão da pena de morte para os presos, mas os mesmos não deixaram de ser condenados à prisão perpétua em Robben Island, uma penitenciária de segurança máxima que fica nos arredores de Cidade do Cabo.

Durante 27 anos de prisão, Nelson Mandela, Oliver Tambo e o grupo mais próximo deles do ANC foram vozes que, mesmo encarceradas, continuavam sendo ouvidas e exerciam uma liderança moral na luta contra o *apartheid* e contra a ordem política sul-africana, que intervinha duramente nos processos de independência dos países da África Austral e reforçava a política segregacionista na Namíbia.

Fora dos muros de Robben Island e dentro das lutas contra a ordem colonial nos países austrais da África, contra o *apartheid* e a desigualdade no acesso à educação e à instrução, destacou-se a voz do jovem militante e médico Steve Biko.

Antenado com os movimentos e rumos da luta contra o *apartheid* e o racismo, Biko apontava para a importância da 'Consciência Negra' para uma libertação plena do racismo

e da ordem mundial opressiva e hierarquizante das populações não brancas do mundo.

Para Biko, a libertação da consciência pressupunha a aceitação e a valorização da estética e da originalidade espiritual e cultural do que era ser 'black'. Sem essa consciência interior, a ordem segregacionista não poderia ser questionada e superada.

A libertação da mente era algo que se propagaria com uma velocidade muito maior do que a da repressão das armas, das torturas, prisões, assassinatos e demais violações dos direitos humanos.

O ato de se conscientizar se fazia através dos grupos solidários de alfabetização, nos momentos de lazer, onde de boca a boca se falava da beleza e da liberdade do ser, e também nos espaços da intimidade familiar e dos relacionamentos.

Os discursos e orientações de Biko deram vitalidade ainda maior ao protesto da juventude africana e mestiça que vivia nas townships (cidades dormitórios que eram designadas para as populações africanas e mestiças, separadas das áreas reservadas para os habitantes brancos das grandes cidades). Nos protestos, destacaram-se os estudantes de Soweto em Joanesburgo, cuja saga heroica foi bastante divulgada em artigos, canções e filmes, como *Sarafina!*, com Whoopi Goldberg, em 1992.

Os protestos pela melhoria das condições de ensino e pela não imposição do africâner como língua principal e patrimônio cultural "dos brancos" iniciaram-se em 1976 em Soweto e espalhavam-se por toda a África do Sul, chegando também à juventude universitária, constituindo-se numa clara ameaça ao regime sul-africano.

As repressões e prisões que custaram a vida de Steve Biko e de muitas outras lideranças estudantis começaram, em conjunto com as sanções econômicas impostas pelos países da Europa Ocidental e dos EUA, a fragilizar o apoio da população que era favorável ao *apartheid*, e descontentes brancos, africanos, mestiços e asiáticos começaram a fazer crescer os protestos e as manifestações contra o regime segregacionista.

Os reveses que as forças sul-africanas sofreram nas intervenções militares em Angola e na Namíbia, onde no primeiro caso o apoio cubano aos angolanos teve um papel muito importante, contribuíram para a crise sem volta para o sistema do *apartheid*.

Dentro desse quadro mais amplo de restrições, embargos econômicos e crise da sociedade civil, Nelson Mandela e as lideranças do Congresso Nacional Africano foram libertadas em 11 de fevereiro de 1990. A partir de então, o "11 de fevereiro" é celebrado como o *Mandela Day*.

Visando a uma transição para uma ordem democrática sem a explosão de uma guerra civil e de conflitos ainda mais graves, o governo sul-africano, através do presidente De Klerk e de Nelson Mandela, começou a negociação dos termos do que seria o novo governo e a representação política na África do Sul. Em 1992, o *apartheid* foi oficialmente extinto.

Essa transição inaugurou uma duríssima fase de negociações internas dentro dos grupos dos antigos partidários e lideranças do ANC e outros opositores do regime do *apartheid*.

A estratégia de Mandela foi a construção do processo de paz, sobretudo com ampla utilização dos sistemas educacionais e jurídicos do Estado, quando se tornou presidente da África do Sul, em 1994.

Cabe destacar a importância do engajamento das Igrejas com a grande liderança africana e com as religiões locais, na reivindicação pelos direitos humanos e na luta contra o racismo de Estado. Estas mesmas entidades tiveram, e ainda têm, uma atuação muito importante na construção dos diálogos internos para a manutenção da paz e na luta pelos direitos humanos. Uma das mais importantes lideranças neste processo é a do bispo anglicano Desmond Tutu.

A ação do Estado, em parceria com associações e entidades da sociedade civil, inaugu-

rou um processo de construção da paz e da ordem constitucional interna que foi vital para a integridade política, social e territorial do país.

Nesse processo de construção, o governo Mandela apoiou-se, de modo especial, nas Igrejas locais cristãs, nos conselhos das comunidades de africanos e mestiços e num amplo debate social em torno das políticas de reparação para vítimas do *apartheid* e de violações promovidas logo após o fim desse sistema.

O que é interessante destacar é que esse processo foi realizado num momento em que as disputas e conflitos internos provocaram um número grande de imigrações, conflitos e mortes, colocando, em diversos momentos, a iniciativa da construção da democracia representativa em crise.

No entanto, na construção dessa coalização nacional refletia-se, politicamente, a respeito de que a ação era muito maior do que construir um processo de paz, mas que se deveria buscar encontrar um *ethos* de convivência para daí poder se sedimentar uma nova sociedade civil sul-africana.

Muitos gestos do governo foram interpretados como concessão às antigas elites do *apartheid*, por não terem promovido uma intervenção mais ampla na questão da redistribuição de renda e recursos. Por outro

lado, a escolha política do governo Mandela foi pela manutenção da integridade política e territorial do país.

Tentando minimizar e, ao mesmo tempo, equalizar melhor a representação política das populações africanas e mestiças no cenário do exercício do poder político e, nas esferas de atuação e planejamento nas políticas de educação e saúde, promoveram-se, na África do Sul, as políticas de ações afirmativas para a formação de quadros acadêmicos e de especialistas, através de bolsas atribuídas pelo sistema de cotas por cor e por origem étnica e social.

Tal política é executada nas instituições de ensino superior no país em conjunto com o

investimento na reforma curricular do ensino básico e médio, onde as principais línguas nacionais estão incluídas, com ênfase para as especificidades de cada região. Por exemplo, em Cape Town, as escolas ensinam em inglês e também conteúdos nas línguas Khoisan e africâner.

Os currículos escolares foram organizados para darem conta das especificidades locais das diferentes cidades e populações, ao mesmo tempo que se remetem à nacionalidade sul-africana como um patrimônio político e cultural comum a todos. A nova África do Sul é uma república democrática, formada pela coalizão da diversidade de todos os povos e culturas do país.

Presidência da República

Ministério da Educação

Secretaria de Educação a Distância

Direção de Produção de Conteúdos e Formação em Educação a Distância

TV ESCOLA/ SALTO PARA O FUTURO

Coordenação-geral da TV Escola

Érico da Silveira

Coordenação Pedagógica

Maria Carolina Machado Mello de Sousa

Supervisão Pedagógica

Rosa Helena Mendonça

Acompanhamento Pedagógico

Carla Ramos

Coordenação de Utilização e Avaliação

Mônica Mufarrej

Fernanda Braga

Copidesque e Revisão

Magda Frediani Martins

Diagramação e Editoração

Equipe do Núcleo de Produção Gráfica de Mídia Impressa – TV Brasil

Gerência de Criação e Produção de Arte

Consultores especialmente convidados

Alain Pascal Kaly e Carla Ramos

E-mail: salto@mec.gov.br

Home page: www.tvbrasil.org.br/salto

Rua da Relação, 18, 4º andar – Centro.

CEP: 20231-110 – Rio de Janeiro (RJ)

Mai 2010